

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DACRIOCISTORRINOSTOMIA -RECONSTRUÇÃO DE VIAS LACRIMAIS

TER 121/01 NSA/ESP Implantação: 09/2011 1ª Revisão: 01/2018

Por este instrumento particular o (a) paciente _____ _ ou seu responsável Sr. (a)_ ___, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) ____, inscrito(a) no CRMpara proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu sob o n° _ saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico "DACRIOCISTORRINOSTOMIA - RECONSTRUÇÃO DE VIAS LACRIMAIS", e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestesias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto nos arts. 22° e 34° do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico-cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO: Cirurgia para reconstruir o canal lacrimal. As técnicas variam de acordo com a causa da obstrução lacrimal. Às vezes é necessário o uso de materiais como tubos de silicone para refazer o canal lacrimal. A cirurgia visa refazer o canal lacrimal e criar uma abertura para drenagem das lágrimas.

COMPLICAÇÕES:

- 1. Hemorragia, dor e infecção.
- 2. A cirurgia pode não melhorar a drenagem da lágrima devido à vários fatores inerentes à anatomia local da obstrucão.
- 3. Necessidade de nova intervenção cirúrgica caso seja possível obter resultados positivos.

CBHPM - 3.03.13.05.8

CID - H04. 9

Todo procedimento cirúrgico ou terapêutico invasivo possível de ter mais do que uma localização de abordagem deverá ser demarcado:

DEMARCAÇÃO DE LATERALIDADE			
CIRURGIA DO MEMBRO:		IDENTIFICAR A ÁREA A SER OPERADA COM UM ALVO:	
LADO DIREITO	LADO ESQUERDO		
() Olho direito	() Olho esquerdo		
() Outros:	•		





Infecção relacionada à assistência á saúde

A legislação nacional vigente obriga os hospitais a manterem uma comissão e um programa de prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde.

De acordo com a Agência nacional de Vigilância sanitária (ANVISA) e com o *National Healthcare Safety Network* (NHSN), as taxas aceitáveis de infecção para cada potencial de contaminação cirúrgica são:

- Cirurgias limpas: até 4%
- Cirurgias potencialmente contaminadas: até 10%
- Cirurgias contaminadas: até 17%



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DACRIOCISTORRINOSTOMIA -RECONSTRUÇÃO DE VIAS LACRIMAIS

TER 121/01 NSA/ESP Implantação: 09/2011 1ª Revisão: 01/2018

Mesmo tomando-se todas as medidas possíveis para a prevenção de infecções, tanto por parte do cirurgião e equipe, quanto por parte do hospital, esse risco existe e deve sempre ser considerado.

Declara ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Chapecó (SC)	de	de	
Ass. Paciente e/ou R	esponsável	Ass. Medico Assistente	
Nome:		Nome:	
RG/CPF:		CRM: UF:	

Código de Ética Médica - Art. 22°. É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 34°. É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9° - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. Art. 39° - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.